



FLACSO
2022

A PESQUISA COM CRIANÇAS: ENTENDENDO AS RELAÇÕES DE VIOLÊNCIA E GÊNERO NA INFÂNCIA.

Dra. Luciana Rosar Fornazari

Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO, Paraná, Brasil

Ms. Debora Rickli Fiuza

Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO, Paraná, Brasil

Eje temático 05: Infância, Adolescência e Juventude.

V Congreso Latinoamericano y Caribeño de Ciencias Sociales. *“Democracia, justicia e igualdad”*

FLACSO URUGUAY. www.flacso.edu.uy. Teléf.: 598 2481 745. Email: secretaria@flacso.edu.uy



RESUMO

A violência contra crianças é um fenômeno complexo e multideterminado, exigindo dos pesquisadores o olhar atento para os múltiplos aspectos, entre eles os psicológicos, sociais e culturais que potencializam a produção de violência na infância. Embora a violência, que se expressa por diferentes naturezas, esteve presente na infância de crianças brasileiras nos períodos mais remotos, foi no contexto contemporâneo de isolamento social imposto pela pandemia do COVID-19 que a presente pesquisa direcionou o seu campo de investigação. Desse modo, o presente artigo pretende discutir as especificidades da pesquisa com crianças no que diz respeito à temática da violência infantil, considerando os aspectos éticos e políticos que permeiam tal interlocução. Este estudo faz parte de uma pesquisa de doutorado, na área de infância e violência, realizada pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário, pela Universidade Estadual do Centro-Oeste- UNICENTRO- Paraná- Brasil. Desse modo, destaca-se a discussão de gênero e geração como categoria de análise para o entendimento da violência infantil, levando em conta que grande parte das crianças que sofrem violência são meninas, bem como a presente expressiva subnotificação de violência contra meninos, principalmente quando se refere à violência sexual. Também, considera-se importante refletir sobre a cultura

adultocêntrica como fator potencial para a produção de violência infantil, sobretudo, porque o ato violento ocorre majoritariamente no contexto intrafamiliar, o que sinaliza relações de violência estabelecidas entre adultos e crianças nas famílias brasileiras. Com esse estudo, intenciona-se ampliar a discussão da violência infantil em território brasileiro, bem como em um contexto mais extensivo da América Latina. Busca-se, desse modo, contribuir com as medidas de prevenção e enfrentamento da violência infantil por meio de políticas públicas de proteção à infância.



Introdução

Este trabalho integra a pesquisa de doutorado pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), cuja investigação refere-se ao fenômeno da violência infantil. Por se tratar de um Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário, a pesquisa busca ampliar o olhar e o entendimento sobre o tema da violência infantil a partir das lentes ampliadas dos estudos de gênero, bem com os marcadores culturais e sociais envolvidos nas formas de produção de violência contra crianças.

A pesquisa em questão trata-se da problemática da violência na infância e, com isso, buscou-se como percurso metodológico a análise mais aprofundada sobre as especificidades da pesquisa com crianças, visto que parte da metodologia desse estudo diz respeito a análise dos discursos das crianças vítimas de diferentes tipos de violência. A análise foi realizada por meio das oitivas acessadas pela Vara da Infância, disponibilizada pelo Judiciário do Estado Paraná, após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisas (COMEP) e aprovação interna do Judiciário do Estado do Paraná. A oitiva da criança em situação de violência refere-se à escuta realizada por psicólogos no sistema judiciário, a partir do Novo Código do Processo Civil (NCPC), para a realização do depoimento especial de crianças em situação de violência é indispensável seja disponibilizado um espaço acolhedor, humanizado e, sobretudo, conduzido por um profissional especialista, de acordo com os termos do artigo 699 (Brasil, 2015; Wambier & Wambier, 2015).

Como este estudo refere-se à pesquisa com crianças, considera-se pertinente tecer algumas reflexões sobre os desdobramentos éticos e políticos ao incluir temas referentes à infância no campo da pesquisa. Para além dos protocolos burocráticos dos comitês de ética que orientam as



FLACSO 2022

etapas e conceitos éticos que devem conduzir a investigação, a proposta nesse momento é discutir de maneira mais aprofunda o que uma criança tem a dizer em uma pesquisa científica. Mais do que o relato da criança, qual a posição ética em que ela é colocada nessa complexa relação entre o pesquisador e a criança participante. Para tanto, busca-se problematizar os lugares de alteridade na relação adulto-criança no campo científico.

Desenvolvimento

O que as crianças têm a dizer em uma pesquisa científica? A aceitação do outro- criança como lugar de alteridade na relação adulto-criança

O encontro com o outro é a única saída, a única aventura fora de si, rumo ao imprevisivelmente – outro. Sem esperança de retorno. (SARAIVA, 2008)

Os estudos das ciências sociais pela perspectiva de autores da sociologia, como por exemplo, Sarmiento (2005), Corsaro (2011) e Qvortrup (2000), além de historiadores já supracitados, concordam que historicamente a infância deixou de ser compreendida pelo status de alguém a “vir a ser”, passando a ocupar um lugar de alguém no tempo presente- que é. Destaca-se a pesquisa de tese realizada pela pesquisadora Maria Clara Camões (2019) intitulada O currículo como um projeto de infância: afinal o que as crianças têm a dizer? que tomamos como ponto de partida e de inspiração frente à discussão e superação da infância como um lugar de subalternidade diante do colonialismo do adultocentrismo, sobretudo, na produção de conhecimento científico. Com isso, evoca-se aqui uma concepção não colonizadora da infância, problematizando a hierarquia e o poder do adulto diante de uma criança.



FLACSO 2022

Para pensar a relação de alteridade adulto-criança sob essa ótica, Camões (2019) reflete pontos importantes acerca da “criança como estrangeira” e do termo “hospitalidade”. Esses dois conceitos são importantes, justamente porque é nessa relação de alteridade adulto-criança que diferença é localizada, bem como a aceitação do outro-criança exatamente como um outro-sujeito.

A criança “estrangeira” que nos convida a nos maravilharmos com elas, suas produções, suas transgressões e também a nos inspirar para recriarmos nossas percepções e possibilidades de transformação desta realidade social determinada e perversa, onde a criança e suas infâncias estão sempre ameaçadas a perderem-se na lógica do formal, do vir a ser. Investigamos a “criança como estrangeira”, não como alguém que é de fora, desconhecida, mas como alguém que nos instiga a sair do lugar comum e a conhecer outros lugares, atravessar fronteiras (FINCO, 2013, p. 224, grifos nossos).

Finco (2013, p.224) faz um convite para que nos maravilhemos com as especificidades da infância, sem colocá-la no lugar objetificado de alguém determinada a responder uma demanda do adulto. Esta tese considera singular o conceito de alteridade sobre a infância para, então, tecer uma pesquisa sensível que se aproxime e inclua as crianças no percurso como sujeitos que têm algo a nos dizer. E de pesquisadores ávidos por ouvi-las.

Como apresentado pelos historiadores da infância, as conquistas políticas do Brasil buscam, desde a década de 1990, e com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, o reconhecimento da criança como um sujeito de direitos. Entende-se que essa conquista inaugura, pelo menos no campo documental, um posicionamento de alteridade com as crianças. Não obstante, por meio de uma revisão crítica, inclusive dos próprios documentos oficiais de proteção da infância, identifica modos de unificar as infâncias em uma única identidade, como se todas elas partilhassem das mesmas experiências, culturalmente, pela classe social e raça. Essa



FLACSO 2022

concepção tem sido constantemente interrogada, conforme nos apresentam Abramowicz e Rodrigues (2014, p.464):

[...] temos compreendido a infância como um forte dispositivo que atua capilarmente sobre as crianças, produzindo-as e definindo uma mesma infância, sem que a própria criança tenha condições de interrogar sobre ela. Há um preceito hegemônico que fala de infância e da potência da criança sob os auspícios da economia, como investimento social e capital de futuro, e sobre esta perspectiva é que muitas pesquisas têm sido elaboradas e financiadas. (ABRAMOWICZ; RODRIGUES, 2014, p. 464)

Concordamos, desse modo, com os conceitos de “criança estrangeira” e de “hospitalidade”, desenvolvidos por Derrida (2003), diante de uma perspectiva que problematiza “o lugar subalterno da infância” e incluiu uma experiência com a alteridade. Afirma Derrida (2013, p.23):

[...] a hospitalidade absoluta exige que eu abra a minha casa e não apenas ofereça ao estrangeiro (provindo de um nome de família, de um estatuto social de estrangeiro, etc.), mas ao outro absoluto, desconhecido, anônimo, que eu lhe ceda lugar, que eu o deixe vir, que eu o deixe chegar, e ter um lugar no lugar que ofereço a ele, sem exigir dele nem reciprocidade (a entrada num pacto), nem mesmo seu nome (DERRIDA, 2003, p. 23-24).

O adulto, conforme problematiza Camões (2019, p.78), quando assume o lugar do portador da maioria e atua como hospedeiro absoluto da criança, não a vê como alguém capaz de falar a própria língua, assim, o hóspede – a criança – se vê forçado a falar a linguagem do hospedeiro. Derrida (2013, p.24) também questiona o endereçamento da linguagem nessa relação adulto-criança, como um campo fechado ou aberto ao diálogo. Interroga sobre a hospitalidade do adulto frente à criança, na posição de um adulto aberto ao estrangeiro-criança ou restrito a uma delimitação a partir dele.

Na perspectiva da experiência de alteridade pela via da diferença, a filosofia da hospitalidade discute que a busca pelo consenso impede uma relação plena entre hospedeiro e hóspede. Destaca Derrida (2003, p. 137), “uma marca suplementar de soberania, que fala ao outro sobre a posição elevada do poder: estou deixando que você exista, você não é inaceitável,



FLACSO 2022

estou lhe deixando um lugar em meu lar, mas não se esqueça de que este é meu lar”.

Nisso, se coloca em jogo a linguagem entre adultos e crianças e pelo caminho do reconhecimento da criança como outro, que se difere do adulto, mas em uma posição ética de sujeito-sujeito, que compartilha o diálogo pela posição de reciprocidade. Derrida (2003, p.24) compreende que o falar a mesma língua significa, indubitavelmente, compartilhar a cultura, e pelas diferentes linguagens conceberem um diálogo. A diferença problematizada se dá pela ética do cuidado e não pela hierarquização imposta nas relações adultos-crianças, marcadamente colocada pelo binarismo forte/frágil, superior/inferior/ poder/subalternidade, razão/irracional.

Quando perguntamos o que as crianças têm a nos dizer, sugerimos que elas podem dizer alguma coisa e/ou muita coisa. A pergunta foi inspirada por Spivak (2010, s/p.) no livro intitulado “pode o subalterno falar?”. A questão remete a concepção de que as próprias crianças podem falar de algum lugar, não como objetos, mas sujeitos. Tal questionamento se referia às mulheres, como pessoas colocadas na posição de subalternidade, porém, pode ser transportado para pensar o lugar das crianças.

Camões (2019) se apropria do conceito de subalternidade proposta por Spivak (2010, s/p.), estendendo e interrogando-se para a voz submissa das crianças no ambiente acadêmico. Refletindo sobre a presença das crianças nas pesquisas acadêmicas, Camões (2019) considera que o caminho deva seguir pela construção do outro- criança como sujeitos que possuem um saber e este saber possa encontrar legitimidade científica. Nesse sentido, “se na pesquisa falamos pelos outros, que sejamos então veículos que possibilitem aos subalternos falarem e serem ouvidos, distanciando-nos de uma perspectiva que tome o outro apenas como objeto de conhecimento” (CAMÕES, 2019, p. 41).



FLACSO 2022

O conceito de subalternidade discutido por Spivak (2010, s/p.) vai ao encontro com a perspectiva apresentada nesse percurso acadêmico, ao discutir, sobretudo, para as relações entre adultos e crianças que produzem desproteção e de como as crianças reconhecem as relações que são protetivas, bem como as situações de violência. Também reconhecendo que uma tese de doutorado é um dispositivo legitimado de comunicação, com isso, a narrativa se consolida no momento em que as crianças passam a integrar efetivamente a interlocução.

Tratar as crianças nos termos da subalternidade compreende negar a condição de sujeito, numa perspectiva marcadamente colonial. O sujeito subalterno não ocupa lugar no lócus da enunciação, e a negação da sua voz destitui a linguagem de sua capacidade dialógica e esvazia o sentido político de atuação deste sujeito criança (CAMÕES, 2019, p. 41).

A discussão foi mediada pela provocação do “subalterno falar” e pela disposição teórica, ética e política em considerar as crianças como um outro que fala e que devem ser escutadas. A escuta também se instaura pelo caminho do conhecimento formal, interroga-se o lugar hegemônico de uma ciência produzida por adultos. O livro *Infância em Pesquisa* (MACEDO; PEREIRA, 2012) traz alguns questionamentos que devem ser levantados aos pesquisadores dispostos a desenvolver suas pesquisas com crianças:

O que é contracenar com crianças nos espaços instituídos pela pesquisa, inventando modos de ser e de produzir cultura com elas?” (p. 9). “Como fazer pesquisas com crianças, respeitando-as como sujeitos singulares que são? [...]” (p.10). Como explicitar através da escrita experiências tão singulares vividas entre o pesquisador e seu outro, especialmente quando este outro é a própria infância contemporânea, que se revela no encontro entre adulto e criança? (MACEDO; PEREIRA, p. 10)

Frangella e Motta (2013, apud Camões, 2019), posicionam-se contrariamente aos discursos colonizadores no campo científico, pois “nas pesquisas com crianças, mais do que tê-las como interlocutoras, trata-se de pensar os lugares de alteridade experimentados por nós, pesquisadores, neste percurso”. Um lugar alteritário que permite ver a infância pela sua singularidade e pela ética do cuidado e da escuta.



FLACSO 2022

Consideramos necessária, no sentido de complexificar os lugares em que estamos adentrando, inclusive, o de uma pesquisadora-adulto muito interessada pela infância. Camões (2019) cita o conceito de adultocentrismo, cunhado pela sociologia da infância, para destacar a invisibilidade das crianças participantes das pesquisas frente ao discurso dos adultos pesquisadores, direcionando-se muitas vezes parte dos procedimentos metodológicos aos responsáveis pelas crianças, e não a elas. Consideramos, desse modo, que o próprio questionamento das relações adultos-crianças no campo da pesquisa, por si só, já é um avanço e um redirecionamento nos processos teóricos e recursos metodológicos.

O campo da infância foi sendo demarcado pelo olhar de uma ciência colonizadora. Este paradigma dominante que diz sobre a criança e não a partir dela, cujas lentes não visualizaram a relação de alteridade adulto-criança, mas ao contrário, ao usar lentes adultocentricas e universais, produziu-se um conhecimento colonizador e unilateral a respeito das crianças e suas experiências. Quando Camões e Oliveira (2019) propõe uma intersecção entre o campo epistemológico e os estudos da infância pelo movimento chamado descolonização, apresenta um novo percurso metodológico que valoriza a experiência humana das crianças e de suas infâncias.

A partir desta ótica de resistência ao colonialismo científico e citamos os estudos de Camões (2019), Abramowicz e Cruz (2015), Aquino (2015), Abramowicz e Vandebroek (2013), Oliveira e Abramowicz (2013), Faria, Macedo e Santos (2013), Faria e Finco (2013), Rita Maria Ribes Pereira (2012) os quais provocaram estudos que subvertem a ordem dominante e colocam em questão os universalismos, além de discorrerem sobre a infância a partir de um recorte ético da diferença.



FLACSO 2022

A pesquisa com crianças

O livro *Infância em Pesquisa*, organizado pelas pesquisadoras Rita Marisa Ribes Pereira e Nêlia Mara Rezende Macedo trazem reflexões importantes sobre a disposição da pesquisa acadêmica com crianças, dentro de uma perspectiva sensível e ética produzida pela relação de alteridade adulto-criança.

Pereira (2012) ao discutir sobre pesquisa com crianças, destaca que a interlocução efetiva entre adultos e crianças não se concretiza apenas pelas metodologias de campo em que há o encontro real entre pesquisador e sujeitos da pesquisa. Entende, dessa forma, que esse diálogo deva acontecer em todo o percurso da pesquisa, até mesmo quando esta possui o caráter iminentemente teórico. Reitera que a pesquisa de campo coloca o pesquisador face a face com a criança, e isso contribuiu para uma experiência muito particular, mas não garante que o pesquisador, ao entrevistar uma criança por exemplo, esteja implicado eticamente para esse encontro.

A partir da pergunta “que lugares de alteridade são experimentados na pesquisa com crianças?”, a autora problematiza a questão por meio de três aspectos: o pensar, o conviver e o escrever. O pensar envolve uma reflexão ética e política sobre a escolha temática de pesquisa, que segundo Pereira (2012) é o ponto de partida de toda e qualquer interlocução científica. Por que estudar a infância? Quais as motivações para estudar as crianças e não outras fases da vida humana? Pereira (2012, apud BAKKTIN, 2003, 2010) compreende que o “pensar, pode ser, ele mesmo, um ato ético, no tenuous diálogo que estabelecem entre si, a ciência e a vida”. A produção de conhecimento científico torna-se relevante quando dialoga com a vida. Concordando com Pereira (2012) o ato de pensar é acompanhado durante todo o percurso científico, como uma convocação diária e constante. Pensar



FLACSO 2022

nas crianças como sujeitos concretos, inseridos em contextos diferenciados e posições sociais bastante plurais tornou-se fio condutor da pesquisa.

O segundo aspecto da pesquisa com crianças diz respeito ao “conviver”, considerando que a escolha por uma pesquisa científica que desenvolva uma etapa de campo possibilita a experiência de alteridade do pesquisador adulto com as crianças participantes do processo. Nesse lugar social, “pesquisador e criança se colocam um frente ao outro para instaurar um tipo específico de alteridade”. (PEREIRA, 2012, p.78)

Esse encontro estabelece uma relação de ética entre pesquisador e criança, sendo que o diálogo científico se estabelece quando é reconhecido o lugar social singular da criança nesse contexto da pesquisa. Pereira (2012, p.80) destaca que, o pesquisador ao desenvolver uma pesquisa com crianças está firmando um compromisso ético, primeiramente, com ela. Portanto, a concordância para a participação efetiva deve ser firmada, sobretudo, com a própria criança. A terceira perspectiva diz respeito ao “escrever”, sendo que a escrita se configura como o “sopro de vida” da pesquisa. Nesse sentido, ao desenvolver uma pesquisa com crianças, o pesquisador também se compromete em dialogar com elas de modo que estas não sejam excluídas do produto (o texto final), sendo que é preciso encontrar estratégias de transmitir às crianças o que foi construído ao longo do percurso, entendendo que elas também fazem parte da coautoria da tese. (PEREIRA, 2012)

Conclusão

A pesquisa em questão discute um tema bastante complexo, sobretudo, porque pensar a violência na infância é percorrer um terreno de diferentes tensões, principalmente, pelos marcadores sociais, culturais, psicológicos e raciais que se apresentam nesse contexto. Todavia, embora conscientes



FLACSO 2022

das multiterderminações e dispostos à desnaturalização do tema, entende-se que é necessário avançar teoricamente e em políticas públicas de combate e enfrentamento da violência contra crianças no território brasileiro, bem como no contexto da América Latina.

A pesquisa com crianças, pelas diferentes metodologias que podem se apresentar, exige uma postura crítica, política e ética do pesquisador frente a essa especificidade. As crianças, como sujeitos de direitos e, portanto, incluídos no campo da linguagem, ao integrarem as pesquisas científicas, devem ocupar o lugar singular de interlocução e diálogo. Mais do que o relato da criança, este estudo buscou problematizar os lugares de alteridade na relação adulto-criança no campo científico.

Dessa maneira, entende-se que a pesquisa de doutorado em questão que se pretende discutir as relações de Gênero e Violência nas Infâncias é de extrema importância para o desenvolvimento científico, político e de cuidado das crianças brasileiras, considerando especialmente o contexto atual em que muitas delas são alvos diretos dos diferentes tipos de violência.

Referencias bibliográficas

Abramowicz, A.; rodrigues, T. C. Descolonizando as pesquisas com crianças e três obstáculos. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 35, n. 127, p. 461-474, abr.-jun. 2014. <http://www.cedes.unicamp.br>.

Brasil. (2015) Lei 13.105/15, de 16 de março de 2015 (2015). Institui o Código de Processo Civil, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm. Acesso em: 01 de out. 2022



FLACSO 2022

- Camões, M. C (2019). O currículo como um projeto de infância: afinal o que as crianças têm a dizer? [Tese de Doutorado] Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Corsaro, W A (2011). Sociologia da Infância. 2. ed. Artmed.
- Derrida, J (2003). Da hospitalidade. São Paulo: Escuta.
- Finco, D (2013). Encontro com as diferenças na educação infantil: meninos e meninas nas fronteiras de gênero. *Leitura: Teoria & Prática*, (31(61), 169-184.
- Pereira, R. M; Macedo, N. M. (Orgs). (2012) Infância em pesquisa. Rio de Janeiro. Qvortrup, J (2010). Infância e Política. *Cadernos de Pesquisa*, 40 (141), 777-792.
- Sarmiento, M. J (2005). Gerações e alteridade: interrogações a partir da Sociologia da Infância. *Educação e Sociedade*, 26(91), 361-378. 2005
- Wambier, T. Breves comentários ao novo Código de Processo Civil. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2ed, 256-284..